A CRIANÇA CAMPONESA: DA AMBIGUIDADE AO PERMISSÍVEL.

Paulo Rogers Ferreira¹

“Se não se tosar a crina do poldrinho novo, pescoço do poldrinho não engrossa. Se não cortar as presas do leitãozinho, leitãozinho não mama direito... Se não esconder bem pombinha do menino, pombinha voa às aluadas...”

João Guimarães Rosa, 1984.
Extraído do conto *Miguilim*

Resumo: Este artigo tem como escopo teórico acrescer ao corpo da criança camponesa, escamoteado pelo *Texto Brasileiro sobre o Rural*, a dimensão dos *afectos mal-ditos* e o *indizível nas sociedades camponesas*. Por meio de trabalho de campo no vilarejo rural de Goiabeiras (2000-2004), como também de um mapeamento não exegético dos teóricos do campesinato brasileiro, mais especificamente a literatura socióloga e antropóloga, fazer perceber que *fabricar uma criança camponesa mimética e datada equivale a ofuscar a própria criança*.

Palavras-chave: Sociedades camponesas. Antropologia Rural. Antropologia da Criança.

Abstract: *This article has as theoretical target to increase to the body of the child peasant, conjured for The Brazilian Text about The Rural, the dimension of the afectos mal-ditos and the not-said in peasant societies. By means of fieldwork in Goiabeiras (2000-2004), as well by mapping the theoreticians of the Brazilian peasant, more specifically literature sociologist and anthropologist literature, ** aims to show that to manufacture a child peasant it is equivalent to dim the proper child.*

Keywords: Peasants societies. Rural Anthropology. Anthropology of the Child.

¹ Antropólogo, sócio fundador do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da Universidade Federal do Ceará (LEPS/UFC), autor de *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas* (HUCITEC/ANPOCS, 2008). E-mail: anthopus76@hotmail.com

1 DA INVENÇÃO DA INFÂNCIA AO MIMETISMO BRASILEIRO

Data, aproximadamente, do século XVIII a *invenção da infância* no Ocidente. De uma sociedade de adultos e crianças misturados, seja para o trabalho, seja para o prazer, seja para as festas, seja para as cerimônias, como, por exemplo, quando das brincadeiras,² substitui-se, progressivamente, com o advento da Revolução Industrial, as velhas proibições de alianças consanguíneas e o adultério por uma perseguição à sexualidade da criança, principalmente no que se refere aos “hábitos solitários” – a masturbação, por exemplo.

Fenômeno de sociedade, fenômeno das mentalidades, correspondente à arquitetura de uma burguesia altamente consciente de si mesma, da complexidade crescente da sua indústria e das técnicas, sob sua ambição, uma mudança profunda se anunciará nos mecanismos de poder sobre o corpo da criança, a saber: da lei, aparecerá a medicina, da penalidade, surgirá o adestramento.

Ora, com o advento da Revolução Industrial, sobretudo com a demanda de mão de obra acentuada, a invenção da criança como paradigma social, até então, *negativa*, tornar-se-á *positiva*: ela pode trabalhar! Muitas crianças foram convocadas e logo se estipularam *classes de idade* para *adequar* meninos e meninas no interior da indústria. Muitos morreram nesses ambientes insalubres, pois da então ambiguidade *infantil* – perigosa, ameaçadora – passar-se-á ao permissível orientado, situado, educado, a todo custo, para o trabalho fabril.

Neste ínterim, a infância passa a ser segregada, pedagogizada, um objeto específico de atenção e controle social. Os pedagogos e os médicos combateram o onanismo das crianças como uma epidemia a ser extinta (é neste período que irão surgir os estudos freudianos sobre a *criança polimorfa perversa* – *As teorias sexuais infantis*, por exemplo, datam de 1908). Destarte, ao longo dessa *campanha secular*, que mobilizou o mundo dos adultos em torno do sexo das crianças, Michel Foucault (1999, p. 42) acresce:

Tratou-se de apoiá-la nesses prazeres tênues, de constituí-los em segredo (ou seja de obrigá-los a esconderem-se para poder descobri-los, procurar-lhes as fontes, segui-los das origens até os efeitos, cercar tudo o que pudesse induzi-los ou somente permiti-los; em todos os cantos onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidas armadilhas para forçar confissões, impostos discursivos inesgotáveis e corretivos.

² Para Phillipe Ariès (1981, p. 92), por volta de 1600, a especialização das brincadeiras atingia apenas a primeira infância; depois dos três ou quatro anos, ela se atenuava e desaparecia. *A partir dessa idade, a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras dos adultos, quer entre crianças, quer misturadas aos adultos.*

Nesse contexto, os pais e os educadores foram logo alertados dessa ambiguidade *perigosa*, sendo entre eles semeada a suspeita de que *todas as crianças são culpadas* e o medo de que eles próprios viriam a ser considerados culpados caso não desconfiassem suficientemente (os pais e os educadores tiveram que permanecer vigilantes diante desse *perigo recorrente*, em que foram prescritas as condutas, recodificada a pedagogia e implantadas, sobre o espaço familiar, as bases de todo um regime médico-sexual). A criança, nesse sentido, passa a ser um potencial humano posto em reserva, material maleável do homem do futuro, a infância não mais poderá se livrar dela mesma ou da simples rotina do aprendizado tradicional, pois ela mobilizará uma gama de estratégias que a cerca, na qual será dada uma atenção curiosa ao seu comportamento, à sua psicologia e aos métodos aptos a edificar, em seu *corpo tabula rasa*, uma sociedade nova.

Malgrado, a ambiguidade *do sentimento de infância* – objeto de estudos dos naturalistas como Bouffon e Rousseau (cf. DUCHET, 1978), o que Foucault chama de uma *ortopedia discursiva*, em que o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais por meio da distração e da brincadeira, mas pelo interesse psicológico e da preocupação moral, transposto em um imaginário negativo – ver surgir, ainda no século XVIII, segundo Phillippe Ariès (1981), duas ideias novas ao mesmo tempo: 1) *a noção da fraqueza da infância* e 2) *o sentimento da responsabilidade moral dos mestres*.

Ora, o sistema educacional, anterior ao século XIX, que exprimia a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância, e, por conseguinte, do dever dos adultos de preservar a primeira e fortalecer a segunda, durante muito tempo se limitou a uma pequena minoria de legistas, padres e moralistas. “Sem eles, a criança teria permanecido apenas o *poupard*, o *bambino*, o pequeno ser cômico e gentil com o qual as pessoas se distraíam com afeição, mas também com liberdade – quando não com licença – sem preocupação moral ou educativa.” (ARIÈS, 1981, p.186)

Por exemplo, no livro IV de *Emílio*, Jean-Jacques Rousseau (2004) consagra dezenas de páginas à *adolescência*. O autor a define como uma *crise perigosa* para o indivíduo e para a sociedade, pois nascemos, segundo ele, duas vezes: 1) *para a espécie* e 2) no momento da puberdade, *para o sexo*. Destarte, para extinguir esse período de crise, Rousseau retém o princípio de “estender”, “desdobrar”. Ele desenvolve uma espécie de pedagogia do “desdobramento” fundada na leitura, na ginástica e na filantropia.

O autor de *Emílio* fala também das paixões vinculadas ao conhecimento do sexo, ou seja, as paixões amorosas emergentes que, segundo ele, fazem verdadeiramente parte da *crise pubertária*. Deve-se, pois, controlar essas paixões, que embora humanas, quando aparecem, desestruturam e desestabilizam o indivíduo.

Como o mugido do mar precede de longe a tempestade, essa tempestuosa revolução é anunciada pelo murmúrio das paixões nascentes; uma fermentação muda anuncia a aproximação do perigo. Uma mudança no humor, arroubos frequentes, uma contínua agitação de espírito tornam a criança quase indisciplinável. Torna-se surda à voz que a fazia ficar dócil; é um leão em sua febre; desconhece seu guia, já não quer ser governada. (ROUSSEAU, 2004, p. 286).

Ora, se a criança está fechada sobre si mesma, absorvida nos seus fantasmas, seus desejos e seus sonhos, ela não pensa mais nos outros. Eis a grande preocupação de Rousseau: fundar uma sociedade baseada no contrato que cada indivíduo é capaz de firmar com os outros, verdadeiro fundamento do vínculo social, em que a Revolução Industrial passa a concretizar o paradigma social da criança, sob seus passos.

Mormente, no século XIX, os educadores e os médicos retomaram as ideias de Rousseau. Os médicos escrutaram o corpo da criança e seu psiquismo. Já para os educadores, o grande problema era com o internato no qual as crianças da burguesia ficavam trancadas durante os anos de estudos. Ora, esses internatos, dizem os educadores, estão na origem de dois *perigos* para essa idade ofuscada pelo sexo: 1) *o prazer solitário* e 2) *a homossexualidade*. Daí, a instauração de um conjunto de medidas de controle extremamente detalhadas, a saber: a) estado de sítio; b) uma vela que deve manter-se acesa toda noite; c) visitas surpresas do vigia no meio da noite; d) o “Olho de Deus” nos banheiros e nos lugares fechados etc.

Portanto, o relaxamento da antiga disciplina escolar correspondeu a uma nova orientação do *sentimento da infância*, não mais ligado ao sentimento de sua fraqueza e não mais reconhecia a necessidade de sua humilhação, mas

Tratava-se agora de despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade. A criança era menos oposta ao adulto (embora se distinguisse bastante dele na prática) do que preparada para a vida adulta. Essa preparação não se fazia de uma só vez, brutalmente. Exigia cuidados e etapas, uma formação. Esta foi a nova concepção da educação, que triunfaria no século XIX. (ARIÈS, 1981, p. 182).

Mas será que as preocupações desses educadores voltavam-se apenas para a sexualidade? A partir da trajetória de Rousseau, não havia interesse de se pensar uma pedagogia adaptada à criança?

Para Daniel Lins (1997, s/p):

Não podemos dizer que o século XIX tinha sido marcado pela existência de um pensamento educativo positivo. Ele é centrado, sobretudo, sobre o controle do corpo e das pulsões negativas. O século XIX tinha medo da adolescência,

como o século XX, e por razões diferentes, no âmbito do Brasil, mas não só, tem medo das crianças. Ao ter medo da adolescência, os adultos não confiam neles. É um século desconfiado e pessimista em relação aos adolescentes.

Conquanto, a partir de quais mudanças históricas e/ou sociológicas pode-se datar a aparição da categoria *criança* no sentido moderno?

A categoria *criança* não é por si uma palavra simples. Os autores antigos e modernos tinham e têm a *infância* como uma das concepções fortemente variáveis que impõem, sobretudo, problemas lexicais não menos consideráveis às pesquisas.

Neste sentido, para John Boswell (1993) dois conjuntos de problemas se confluem: 1) *a variabilidade semântica dos termos que se aplicam às “crianças” e à infância* e 2) *as mudanças históricas das estruturas e das expectativas sociais que as concernem*. Por exemplo, os termos que significam “criança”, “rapaz” e “moça” são regularmente empregados para dizer “escravo” ou “servo” no grego, em latim, em árabe, em sírio e em boa parte das línguas medievais.

Ainda no que se refere ao período medieval, um mesmo termo designava as crianças e os adultos servos na alta Idade Média, pois era impossível dizer, com precisão, se a aplicação estava fundada sob a idade ou sob o estatuto, ou ainda sob os dois ao mesmo tempo. Por sua vez, nos Estados Unidos, *boy*, que quer dizer “rapaz”, é sempre empregado para rebaixar um adulto, em particular como um insulto radical. Todavia, em se tratando da Europa pré-moderna, o mesmo termo não era especificamente um insulto, mas uma observação negativa e condescendente.

Contudo, nas sociedades ocidentais, o vocabulário ligado à juventude, à infância, passa também a estar relacionado aos objetos de desejo sexual e/ou romântico. Nesse sentido, Boswell (1993, p. 31) ainda acresce:

Na maior parte das culturais ocidentais, emprega-se um vocabulário associado à juventude, à infância ou mesmo à pequena infância (“bebê”, “boneca”, “chuchuzinho” etc) para endereçar aos objetos de desejo sexual e/ou romântico ou ainda para os evocar. “Garçon” e “fille”, ou seus equivalentes, são igualmente as designações clássicas dos amantes da antiga literatura romântica, porém os mesmos não estão apropriados do ponto de vista cronológico.

Portanto, as clássicas discussões de classificações cronológicas não estão necessariamente ligadas às atitudes sociais. A classificação de Isidório de Servília, por exemplo, foi bastante difundida, como também suas variantes, em boa parte da literatura erudita da Idade Média. Do nascimento até a idade dos seis anos, a idade da *pequena infância*, a *infância*, dos sete aos treze anos, a *adolescência* dos quatorze a vinte e sete, a *juventude*, dos vinte e oito aos quarenta e oito, a *maturidade (senectus)* dos quarenta e nove aos sessenta e seis e dos setenta anos à morte, a *velhice*.

Por outro lado, as leis civis e religiosas apresentam um quadro mais complexo e variado. Entre os romanos, por exemplo, a “menoridade” vai até a puberdade, juridicamente consagrada aos quatorze até os vinte e cinco anos. Já no direito anglo-saxão, os homens passam a ser adultos depois dos dez anos, ou pelo menos, depois desta idade, passam a ter responsabilidade pelos seus próprios atos. Já a lei Sáfica do século VI tem como parâmetro a idade dos doze anos e as leis eclesiásticas contemporâneas da mesma parte da Europa situam o limite entre a criança e o adulto por volta dos quinze e vinte anos, para reservar, sobretudo, a expressão de “jovens crianças” às crianças de dez anos.

Ora, algo análogo ocorre com as *classes de idade* instituídas nas teorias sobre sociedades camponesas até os dias atuais. Da “ambiguidade infantil” à chamada “idade produtiva”, o *sentimento de infância* vai ajustando-se, por meio de uma semântica do dizível, numa espécie de fábula sexual, ancorada no que Pierre Legendre (1976) chama de um “fanatismo do sério”,³ à edificação categórica *do ambíguo ao permissível*. Meninos e meninas até certa idade – por volta dos nove anos – têm seu *corpo tabula rasa* em função de uma escamoteada “socialização”, orientada, arbitrariamente, pelo saber-fazer camponês e arquitetada, em moldes canônicos, pelos teóricos do campesinato no geral.

Destarte, esse mimetismo teórico sobre o *sentimento de infância*, advindo do século XVIII, no que se refere, sobretudo, ao Texto Brasileiro sobre o Rural,⁴ vai assujeitar o corpo da criança camponesa a passar por *etapas transitórias*, pautadas por um saber-fazer educador sobre os imberbes. Ora, na intenção de adequar esse corpo dito *tabula rasa* em um processo de “socialização”, como já apontei, a criança camponesa, espécie de *bem material*, terá sua ambiguidade *perigosa* compensada novamente pelo *trabalho/salvação* – sobretudo pela Divisão Sexual do Trabalho, a meio-tempo, no roçado.

Nesse sentido, no que concerne a *ajuda/trabalho/salvação* das crianças camponesas, Alexander Von Chayanov (1966), economista de formação,

³ Infelizmente, para a saúde pública e para o futuro do entendimento científico, não se ri mais da ciência, onde se fabrica o discurso. Submergimo-nos pelo fanatismo do sério. Todavia, o muito-de-sério mascara uma ausência de seriedade, uma censura das realidades mistificantes que estão na base de um tipo de reprodução e que se articulam num discurso. (LEGENDRE, 1976, p. 84).

⁴ O conceito *Texto Ocidental* foi inventado por Pierre Legendre (1974) para tratar de ‘uma economia de um sistema textual’ em que as instituições ocidentais (Igreja, Direito, Estado etc.) criam uma espécie de ‘ciclo sagrado onde tudo é dito’. A seguir, com base do *Texto Ocidental* de Legendre, Daniel Lins (1993) cria o conceito *Texto Brasileiro sobre o Cangaço*, referente à *parte mal-dita*, professada na literatura sobre o cangaço. Portanto, (...) inspirado no conceito proposto por Lins, não se faz uma exegese dos ‘autores clássicos’ do campesinato brasileiro, mas se procura demonstrar como essa ‘família extensa’ de pesquisadores, calcada num grupo historicamente designado e culturalmente identificado, curiosamente, passa a citar, em uma repetição do mesmo, algumas obras, limitando os autores a tais textos, criando, sobremaneira, uma antiutopia niilista, isto é, uma idealização do corpo camponês sob a égide de uma semântica do dizível: o Texto Brasileiro sobre o Rural (TB). (FERREIRA, 2008, p. 19).

parte de um princípio metodológico que representou em seu tempo uma inovação: traçar uma teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, focalizando as sociedades camponesas, partindo de uma forma, até então, inteiramente diferente, isto é, da “unidade econômica familiar não assalariada”. Neste sentido, a intensificação na unidade de trabalho familiar, em que as crianças estão inclusas, pode ocorrer mesmo sem essa alteração na situação de mercado, simplesmente pela pressão das forças internas dessa unidade, quase sempre devido ao tamanho da família ser desfavoravelmente proporcional à extensão de terra cultivada.

Baseado em levantamentos estatísticos na Rússia desde 1870, Chayanov formula uma teoria sobre a economia camponesa partindo da distinção entre um “modo de produção doméstico” em contrapartida às organizações econômicas das sociedades escravistas, feudais e capitalistas. Portanto, o modelo chayanoviano centra-se no grupo doméstico, cujo objetivo é garantir a satisfação de determinadas necessidades compreendidas como básicas (habitação, alimentação, vestimentas etc.), e não para a obtenção de lucro, razão pela qual o campesinato não deve ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente. Nestes termos, a unidade camponesa, compreendida por ele, é, concomitantemente, unidade de produção e unidade de consumo.

O grupo doméstico é tomado como um *todo* e a categoria trabalho é resignificada como indivisível e não fragmentada em salários. Nesse ínterim, ele cria sua *teoria da economia familiar*, alicerçada no suposto equilíbrio entre consumidores/produtores, entre a “satisfação das necessidades familiares” e a penosidade do trabalho.

Chayanov acompanha, no campesinato russo de fronteira, a “história natural” da família desde o casamento, ao longo da *chegada dos filhos à idade produtiva*, até o casamento da segunda geração. E é alicerçado nessa instrumentalização que ele elabora o conceito de “diferenciação demográfica” que não se confunde com diferença de classes, mas que traz uma nova perspectiva, à época, para o estudo da economia familiar.

No trato da dicotomia Unidade de Produção – Unidade de Consumo, o autor descreve, *en passant*, como, por meio do *trabalho/ajuda/salvação*, as crianças camponesas são alocadas no saber-fazer à preservação da *farm*, inaugurando, e paradoxalmente recobrando nos estudos rurais um mimetismo teórico datado, *negativo*, sobre o corpo da criança, como se viu.

A partir do quinto ano, a criança começa a ajudar os pais, quando chega à idade de semi-trabalhador (...). Na realidade, este salto, não tão acentuado, ocorre, uma vez que a transição da criança, incapaz de trabalhar a meia-hora, é feita lentamente. Porém não é menos verdade que os encargos, dos consumidores sobre os trabalhadores da família, se tornam mais leves, uma vez que, a cada ano, a criança tem uma maior participação nos trabalhos. (CHAYANOV, 1966, p. 59).

Portanto, a transição/etapas *de criança à idade produtiva*, segundo o autor, é marcadamente fundada no e pelo *trabalho*. Ora, é por meio do trabalho gradual que a criança camponesa passará da ambiguidade ao permissível, ganhando assim dividendos na instituição funcional, teórica sobretudo, da unidade doméstica.

Um segundo autor, influenciado pelo modelo chayanoviano, Jerzy Tepicht (1973), ao analisar o campesinato polonês, percebe o caráter familiar da economia camponesa como uma *vérité première* da qual decorre a relação com os fatores de produção e com o mercado, e a relação entre o trabalho e sua remuneração. Enquanto Chayanov privilegia a dicotomia consumidores/produtores, Tepicht, por sua vez, a relativiza.

Para Tepicht o grupo doméstico não contém apenas unidade de consumo e unidade de produção, mas *forças plenas* (homens em idade produtiva) e *forças marginais* (mulheres, velhos e crianças). Diferentemente de Chayanov que pensa estas últimas como membros do grupo doméstico que consomem mais do que produzem, Tepicht (1973, p. 38) percebe que é nelas que repousa a especificidade camponesa.

Na maioria das propriedades rurais europeias, o essencial do trabalho nos campos é assegurado pelo chefe de família e pelos membros da família em plena força. Em contrapartida, o serviço dos estábulos, as poilgas e o galinheiro é assegurado, sobretudo, pelo trabalho, a meio-tempo, das mulheres, das crianças e dos velhos, às margens de tempos disponíveis do chefe de família, ou seja, pelas ‘forças marginais’ da exploração agrícola. Poderíamos chamar essas forças de não transferíveis por serem da mesma família, pois depois que a família abandona sua exploração agrícola, ela não tem mais recursos, para assegurar sua subsistência.

Portanto, no limite, as *forças marginais* permanecem operativas no interior da propriedade. Os supostos consumidores podem estar colaborando para reduzir a penosidade do trabalho, ao invés de aumentá-la. Em contrapartida ao esquema chayanoviano, para Tepicht, as *forças marginais* passam a ser centrais à reprodução camponesa.

Essa distinção entre *forças plenas* e *forças marginais* explica a viabilidade econômica de certas atividades desenvolvidas, no interior do empreendimento camponês, por ficar a cargo das tais *forças marginais* e, portanto, a um custo de oportunidade muito baixo. Assim essa complementaridade entre ambas as “forças de trabalho”, que nega a indivisibilidade do trabalho, corresponde à composição do grupo doméstico por sexo e idade. Para o autor, as *forças plenas* são representadas pelos homens adultos em *idade produtiva*, com possibilidades alternativas no mercado de trabalho e empregadas nas atividades principais do empreendimento. Por sua vez, as *forças marginais* são representadas pelo trabalho a tempo parcial de crianças, de

velhos e de mulheres, isto é, aquelas que podem ser consideradas “não transferíveis”, e que geram uma renda marginal.

Portanto, Tepicht propõe que *a família se encontra no seio da economia camponesa*. Há uma simbiose entre o empreendimento agrícola e a economia doméstica, expressa no coletivismo rigoroso da família.

Com efeito, Chayanov e Tepicht focalizam a composição interna do grupo doméstico, adotando, todavia, perspectivas distintas. Essa influência dos modelos economicistas europeus tornar-se-á central para o entendimento de um discurso que ganha notoriedade a partir do Texto Brasileiro sobre o Rural, em que a sexualidade instituída, sobre o corpo da criança, engendra sua forma mais perversa. É válido ressaltar que não era prioridade desses teóricos do econômico a sexualidades das crianças, pois suas preocupações estavam voltadas à produção econômica do grupo doméstico, mas suas principais assertivas sobre o modo de produção agrícola serão revisitadas, filtradas, e redirecionadas no Texto Brasileiro, tendo como pano de fundo uma crítica lacunar sobre um pretenso modo de produção econômico sobre o social, social esse pouco enfocado pelos modelos clássicos àquela época.

É com Boguslaw Galeski (1975) que as teorias sobre o campesinato ganham um novo fôlego, pautado, contudo, em velhos paradigmas ideológicos, em que à força de serem repetidos, tornam-se redundância vazia, repetição do mesmo. Assim, moldado ainda pelo economicismo chayano-viano, Galeski elabora seu conceito-chave sobre a categoria *família*. A família é, para ele, um *workteam*, isto é, um grupo diferenciado internamente no trabalho e hierarquizado, onde o indivíduo está enraizado na família e a ela subordinado, pois “a família cobre apenas aquelas pessoas ligadas entre si pelos laços mais próximos de consanguinidade (pais e filhos), vivendo juntas e, em geral, desenvolvendo uma economia doméstica comum.” (GALESKI, 1975, p 55).

Para o autor, as relações externas da família ganham relevo, e ele enfatiza uma dimensão fundamental para o Texto Brasileiro: a subordinação do indivíduo ao *Todo* representado pela família (ou seja, o *Eu* subordinado ao *Nós*). Aponta ainda sobre a gênese e funcionamento da *family farm* em que a escolha da esposa deve assegurar que o novo casal tenha as bases necessárias para garantir sua existência, o que envolve terra e padrões de herança.

Por sua vez, os recém-casados passam a ser fundamentais para Galeski, porque provêm a continuidade da identificação da família com a terra, provendo também os filhos, as crianças, compreendidos, concomitantemente, como força de trabalho e como herdeiros.

O *destino* dos filhos está associado à *farm* como a família, seja herdando a ocupação ao agricultor, seja renunciando ao casamento romântico. As bases da comunidade estão na identificação entre o empreendimento familiar e a família, pois o que *vale* é a estrutura e não os sentimentos. Portan-

to, a *family farm* é vista como uma continuidade entre gerações, e esse é um ponto importante para o entendimento das relações contratuais e para enquadramento do permissível sobre o corpo da criança camponesa.

Conquanto e ainda dando continuidade a esse mapeamento teórico, Eric Wolf (1976), em sua tentativa de se distanciar dessa ordem economicista para o campesinato, embebido pela influência implícita do modelo chayanoviano, apregoa e avança, em termos, ao constatar que o camponês não realiza um empreendimento no sentido econômico, mas ele sustenta uma família e não uma empresa. Assim, o camponês, nos mais diversos lugares do globo, haja vista que o autor não se centra em apenas uma sociedade camponesa, procura organizar seu cotidiano por meio de gastos, que para o pesquisador são necessários para a restauração de sua subsistência, como para a produção e para o consumo.

Onde, por exemplo, certo número de grupos de marido-mulher-criança residem juntos em uma família, é a família maior e não a nuclear individual que trabalha e se alimenta conjuntamente. (...) aqui o cerne da família pode consistir em muitos parentes ligados por linhas paterna ou materna e os direitos são predominantemente marcados nesta ou naquela linha. (WOLF, 1976, p. 92).

O camponês é, para Wolf, concomitantemente um agente econômico e “o cabeça” de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar. Todavia, ao tratar da dinâmica da categoria *família*, vinculada sobremodo ao trabalho, o autor infere que ela é a mais restrita e íntima unidade que vive o camponês, pois nas Zadrugas:

Os homens aravam, ceifavam, cortavam madeira, faziam móveis, trabalhavam nos vinhedos e nos pomares. As mulheres faziam jardinagem, cozinhavam, limpavam, bordavam, trabalhavam a renda. Os homens ajudavam as mulheres a tecer; estas os ajudavam a capinar e a colher. As crianças e as donzelas encarregavam-se de alojar o gado e os velhos participavam de tarefas menores perto da casa ou nos campos. (WOLF, 1976, p. 94).

Um outro autor, Henri Mendras (1978), fundamentado em várias regiões que compõem a *campagne* francesa, institui o camponês afirmando que “por camponês, é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas.” (MENDRAS, 1978, p.44). E ainda, seguindo esse raciocínio, ao categorizar sobre a força incontestada do costume, interroga: “sendo o modo de vida fixado pelo costume, quem poderia sonhar em comer mais ou melhor e a se vestir diferentemente?” (MENDRAS, 1978, p.46). Nesse contexto analítico, já podemos perceber que a problemática da diferença é evacuada e os processos de subjetivação aparentemente ignorados.

Tratando o campesinato como algo basicamente rotineiro, e influenciado ainda pelo ideário chayanoviano, Mendras prossegue sua análise sobre sociedades camponesas reduzindo a família à noção de grupo doméstico, isto é, aqueles que vivem do mesmo pote e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho, subscrevendo, por exemplo, a relevância do parentesco para os estudos sobre o campo.

Para Mendras, a Divisão Sexual do Trabalho está no interior do grupo doméstico. Nas sociedades camponesas as classes de idade e de sexo isolam-se na transmissão de uma parte da cultura e na dinâmica do vivido, do coletivo, sobremaneira, na organização das festas. Neste sentido, as únicas diferenciações de papéis que as sociedades camponesas conhecem são as devidas ao sexo, à idade, à posição dentro da parentela ou do grupo doméstico, ou, finalmente, as devidas ao exercício de um ofício ou de uma função particular.

Desse arranjo da regulação social resulta uma previsibilidade muito grande dos comportamentos, ligadas a essa transparência da sociedade para seus membros. Cada um sabe como deve conduzir-se e sabe também que os outros esperam dele um tal comportamento em tal situação. E, sendo conhecidas e estereotipadas todas as situações, jamais se apresenta a ocasião para inventar um comportamento novo, ao menos no funcionamento regular da vida social. (MENDRAS, 1978, p. 90).

Nesse apanágio analítico o juízo moral supõe uma moral válida para todos e aceita por cada um, de forma tal que as divergências não apareçam senão nas nuances da prática que dá lugar ao confronto de opiniões diversas. Assim, as sociedades camponesas parecem cimentar seu sistema social em um “arranjo” entre homogeneidade cultural e diversidade social, pois no trato da *socialização* das crianças camponesas:

A socialização das crianças se faz de forma preponderante no seio da aldeia, da classe de idade ou de sexo: cada idade tem suas tarefas e seus ritos que os jovens aprendem dos mais velhos, e as jovens das mais velhas. (MENDRAS, 1978, p. 82).

Mas é com Pierre Bourdieu (1980) que a passagem da ambiguidade ao permissível parece arquitetar um *sentido de jogo*, no tabuleiro instituído que subjaz as estratégias matrimoniais em sociedades camponesas, sobretudo no que diz respeito à locação do bem material *criança camponesa* à perpetuação do patrimônio.

Se admitimos que o casamento de cada uma das crianças representa para a família o equivalente a uma boa jogada em uma parte das cartas, veremos que

o valor dessa jogada (mensurado segundo os critérios do sistema) depende da qualidade do jogo, no duplo sentido, isto é, do dado como um conjunto das cartas recebidas, em que a força é definida pela regras do jogo, e da maneira, mais ou menos hábil, de utilizar as cartas. Em outros termos, é dado que as estratégias matrimoniais visam sempre, ao menos nas famílias mais favorecidas, um ‘bom casamento’ e não somente um casamento, ou seja, à maximização dos perfis econômicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação, em que elas são comandadas, em cada caso, por um valor do patrimônio material e simbólico que pode ser engajado na transição e pelo modo de transmissão que definem os sistemas de interesses próprios aos diferentes pretendentes à propriedade do patrimônio, assinados pelos direitos diferenciados, sobre o patrimônio, segundo os sexos e as sucessões de idade. (BOURDIEU, 1980: 250).

Para Bourdieu, a arbitrariedade do ato no qual se institui a herança ao primogênito, alicerçada em uma *distinção social* a uma *diferença biológica*, sobretudo ancorada pelos signos visíveis da aparência natural, faz com que essa aparência, que ao atravessar as sucessões de idade, designa, depois da origem, aqueles que pertencem a terra e quem a terra pertence; e a diferença de instituição tende, sem exceção, a transmutar-se em distinção natural, pelo fato que o grupo tem o poder de dedicar à diferença objetiva, e subjetiva, essas que apresentam um tratamento diferencial, do primogênito ao caçula, como depois entre homem e mulher.

É assim que, em outros casos, os pais podem eles mesmos jogar com o costume para satisfazer suas inclinações (permitindo, por exemplo, à sua criança favorita de se constituir um pequeno pecúlio), eles também se sentiam obrigados a proibir os casamentos desfavoráveis e de impor, a despeito dos sentimentos, as melhores uniões para salvaguardar a estrutura social, salvaguardando seus próprios interesses a esses da linhagem. (BOURDIEU, 1980, p. 258).

Portanto, a criança camponesa, essa peça estratégica no tabuleiro denominado *estratégias matrimoniais*, tem a passagem da ambiguidade ao permissível estruturada e estruturante, em que a sexualidade instituída organiza os arranjos em prol do matrimônio/patrimônio. Destarte, como não perceber aqui o *sentido do jogo* discursivo, sobretudo do autor, para locar o corpo da criança na e para a inculcação de uma ideologia camponesa oficializada? Por outro lado, tal proposição abre para outros desdobramentos, a saber: como esses autores clássicos, pautados em um ideário chayanoviano, vão influenciar a construção funcional do Texto Brasileiro sobre o Rural em um curioso e persistente retorno ao mesmo sobre o corpo das crianças camponesas? Como é mimeticamente formatada a *história social da criança* no Brasil?

Outrossim, no caso brasileiro, segundo Edson Passetti (1996), foi com a indicação de 1978 como Ano Internacional da Criança que a *história da criança no Brasil*, e de sua repressão, começou a ser pesquisada. Este fato levou a formação de diversas associações que se articularam a outras na defesa dos direitos da criança e que acabaram influenciando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

No plano do direito constitucional, somente a partir da Constituição de 1934 surgirá a preocupação com o *menor*, proibindo o trabalho de menores de quatorze anos que não tivessem permissão judicial, o trabalho noturno aos menores de dezesseis e, nas indústrias insalubres, aos menores de dezoito anos. A Constituição de 1946, por outro lado, elaborada no período da chamada Redemocratização, manteve as proibições, ampliando para dezoito anos a idade de aptidão para o trabalho noturno. A Emenda Constitucional No 1 de 1969 vem proibir o trabalho aos menores de doze anos, por sua vez, obriga o ensino primário público aqueles entre sete e quatorze anos. Por fim, na Constituição de 1988, na transição democrática, a idade mínima para o trabalho é aos quatorze anos, com garantias trabalhistas e previdenciárias, igualdade na relação processual e, quando necessária, brevidade para o cerceamento à liberdade (art. 227, 2º p.). Por sua vez, o artigo 70, XXXIII, diz: “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho, a menores de quatorze anos, salvo nas condições de aprendiz.”

Retrocedendo um pouco no tempo, segundo Passetti, o Código Brasileiro de 1820 isentava na criminalidade os menores de quatorze anos, quando não era provado o discernimento do fato, recolhendo-os às casas de correções até completar dezessete anos⁵. No Código de 1890 ficavam estabelecidas as *fases da infância* que marcavam o sujeito no ato da infração penal – os de idade inferior a nove anos eram considerados inimputáveis; aqueles cuja idade estava entre nove a quatorze anos eram recolhidos quando apresentavam discernimentos; e os que estavam entre quatorze a vinte e um anos, pelo fato de ainda não terem chegado à maioridade, eram beneficiados com atenuantes. Esse código somente foi alterado com a lei 4242 de 5/1/1921 que prescreveu a inimputabilidade até quatorze anos, processo especial para os que estavam na faixa entre quatorze e dezoito anos e manteve os atenuantes para os de dezoito a vinte e um anos. Em 7/12/1940, com o Decreto-Lei 2848 é que foi fixada a idade de *dezoito anos* como marco que separava a menoridade da responsabilidade penal.

⁵ Para Fernando Londoño (1996, p. 138): a criança ganha, pois, importância não só no campo jurídico, porque ela passa a ser enxergada como futuro, garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir. Por sua vez espera-se que essa interpretação ganhe força por ela mesma, à medida que aparece cada vez mais como a grande força por ela mesma, à medida que aparece cada vez mais como a grande legitimadora das ações disciplinadoras que se desenvolvem para velar pelo progresso do Brasil.

É nesse apanágio constitucional que se vai criar a categoria *menor infrator*, mimetismo da *criança culpada* do século XVIII, geralmente, no Brasil, associada às crianças pobres.

Muito se falou e escreveu – por incrível que possa parecer – sobre o termo ser utilizado como estigma sobre crianças pauperizadas. Mudar o termo menor para crianças ainda é pouco porque o preconceito está enraizado na sociedade. Esperar garantias do Estado – o novo preceptor – de igualdade de condições que siga a Constituição, parece ser a mais recente ilusão. (PASSETTI, 1996, p. 147).

É nessa glosa mimética de uma *criança culpada*, logo ambígua e perigosa, que o Texto Brasileiro sobre o Rural vai se estruturar. Locando a sexualidade da criança em um permissível, a maioria dos teóricos brasileiros sufoca os possíveis. O prazer da criança, *força marginal de produção* (cf. TEPICHT, 1973), será delineado em etapas transitórias lineares, inicialmente com animais e prostitutas, no intuito de se chegar ao “corpo respeitoso” da mulher ideal, vinda de *família de bem*, em que as relações homossexuais, por exemplo, passam a ser indizíveis, e/ou, em um número reduzido, fadadas à expulsão funcional da Casa (caso das crianças mandadas ao mosteiro e aos seminários cristãos por não serem potenciais procriadores), pois praticamente tudo, no Texto Brasileiro, e quiçá alhures, parece girar em torno da *herança*, em que a criança reduzida em sua sexualidade, espécie de patrimônio material, terá como *missão* trabalhar a terra: o trabalho novamente a “salvará” do perigo e da culpa da ambiguidade.

Mormente, a “salvação” das crianças camponesas, em tais correntes, tem como método a educação conforme as regras. A tradição terá que ser mantida para que o patrimônio *terra* se perpetue. Neste sentido, o saber-fazer camponês faz parte desse *sistema de educação*, entre a escola rural, quando há, e a roça, em que a educação infantil é traçada de acordo com a *classe de idade*, reservando às crianças um prazer devotado, pois o que *vale como medida* é o Nós, o Todo e não as Partes, as intensidades, as paixões, o desejo.

Ora, nesse fluxo dos acontecimentos, novas questões se apresentam: como o mimetismo brasileiro da invenção da infância no roçado passa da ambiguidade ao *permissível*? O que há por trás dessa mimética categoria-Conforme: a criança camponesa? Por que permanecem indizíveis as iniciações sexuais das crianças com o mesmo em tais correntes? Como foi construída, copiada acriticamente, a criança camponesa no Brasil? Cabe, dessa forma, tentar uma hipótese a tais proposições.

2 DA AMBIGUIDADE AO PERMISSÍVEL, CONFORME O TEXTO BRASILEIRO SOBRE O RURAL

Falar de *criança camponesa* no Brasil é falar da categoria *família* como força incontestada (re)produção de uma ideologia camponesa oficializada. O Texto Brasileiro sobre o Rural foi construído em torno do casal *pai-mãe* à reprodução do bem material *filho* (sobretudo do sexo masculino). É a partir desse bem material que a perpetuação do patrimônio deve ser mantida e a ambiguidade *perigosa* deve ser ajustada em um permissível orientado, em etapas distintas, por meio do *trabalho/salvação*.

Portanto, nesta subseção, tratarei, a título ilustrativo do Texto Brasileiro, de alguns autores que direto ou indiretamente discorrem acerca dessa criança camponesa mimética. Adianto que esses pesquisadores também não tinham as sexualidades das crianças como centro de suas preocupações, mas o que interessa, para a hipótese que ora levanto, é como a categoria *trabalho* passará a “salvar”, por meio de uma velha *ortopedia discursiva*, a criança camponesa de sua ambiguidade *perigosa*, da culpa do século XVIII, realocando-a em um permissível à procriação, pelo matrimônio conforme as regras, para a (re)produção, em série, de braços fortes à labuta no roçado.

Destarte, a categoria *ambiguidade* advém desse mimetismo datado sobre a infância como já afirmei. A criança camponesa, nessa glosa analítica, ganha um estatuto de “homem” quando, por volta dos treze a quatorze anos, começa a trabalhar no roçado, passado a “homem pleno” com o arranjo das estratégias matrimoniais da Casa. Portanto, traz-se à baila o *permissível* também como biopolítico. Meninos e meninas que só passam a ganhar notoriedade teórica quando se *enquadram* no saber-fazer acadêmico, prescrito: camponês.

Nesse contexto, nos anos 60, em *Os Parceiros do Rio Bonito*⁶, Antônio Cândido (2003), em uma parte complementar dessa obra, *A vida familiar do caipira*, enfatiza como o homem do campo, por conta de uma economia libidinal face às definições, é àquilo que não pode e nem deve ser pensado acerca do corpo camponês. Ao enclausurar *esse* corpo camponês em paradigmas, o pesquisador exila o corpo numa espécie de não-corpo: *um Corpo-mutilado*. Neste sentido, Cândido inicia seu argumento afirmando que o casamento é necessário não apenas nas condições de trabalho, como também na vida sexual que prevalece no meio rural, remontando ao que eu havia afirmado, na introdução deste artigo, sobre a última etapa sexualizada (o casamento com a mulher ideal) da criança camponesa, conforme o Texto Brasileiro sobre o Rural.

Casar é na verdade necessário não apenas dentro das condições de trabalho,

⁶ Trata-se da obra mais citada do autor no Texto Brasileiro sobre o Rural. Curioso retorno ao mesmo, em que o Texto Brasileiro reduz a vasta obra de Cândido, e de tantos outros teóricos do campesinato, a um único Texto, encapsulando o pensamento, asfixiando o ato criativo: eis o fazer-criar de uma semântica do dizível.

como das de vida sexual que prevalecem no meio rural. Sem companheira, o lavrador pobre não tem satisfação do sexo, nem auxílio na lavoura, nem alimentação regular. (CÂNDIDO, 2003, p. 288-289).

O início da *lida* na roça, para os meninos basicamente, marca geralmente o fim dos castigos corporais, pois o *trabalho*, segundo o pesquisador, é o critério principal para determinar a passagem à idade adulta (mimetismo brasileiro). Neste contexto, desde cedo, os meninos ajudam os pais na faina da lavoura, mas apenas quando apresentam certo vigor físico, geralmente aos treze ou quatorze anos. Neste ínterim, como acentua Cândido, os meninos são “homens formados”, podendo, por exemplo, embriagar-se, ir sós à vila, fazer compras etc., e daí a pouco o casamento torna-se solução inevitável do ponto de vista sexual.

Com efeito, na roça as possibilidades de satisfação do sexo, fora dele, são praticamente nulas pelas vias normais. Não há prostituição e a virgindade feminina é norma cuja ruptura, embora frequente, leva quase sempre ao casamento com o transgressor. Quem deflora, casa: esta é a regra que repõe nos eixos a ordem um momento ameaçada. (CÂNDIDO, 2003, p. 315).

Ao tratar da masturbação, o pesquisador infere que ela é menos praticada no campo do que nas cidades, porque, segundo ele, o *jovem caipira* tem menos estímulo erótico, pois *despenderia constantemente uma soma de energia física em outros afazeres*. No entanto, quando o *jovem caipira* é premido pelo desejo, aponta Cândido (2003, p. 218), resta uma via, geralmente percorrida por todos: o coito com animais.

Na área estudada [interior paulista] elas [as práticas com animais] são correntes, e como nem todos possuem gado de porte, os meninos e os jovens utilizam também as cabras, porcos e galinhas, mais acessíveis pela criação doméstica. Pode-se dizer que isto equivale à “masturbação compensatória”, corrente nas cidades, sendo, como ela, etapa transitória de iniciação, superada sem dificuldades aos primeiros contatos com mulher, que se estabelecem cedo devido ao casamento precoce. Num e noutro caso, apenas a incorporação definitiva aos hábitos sexuais do adulto poderia ser considerada desvio; e tudo bem pesado, a prática rural talvez seja menos nociva que a urbana, pois repousa menos na imaginação.

Um *jovem caipira* sem imaginação para o sexo? Cândido apresenta seu conforme sobre o desejo das crianças e dos jovens em sociedades camponesas. Um desejo instituído pelo autor, dividido em etapas de transição sexual lineares, “bem pesadas” para *Ser preciso!*

Por sua vez, nos anos 70, em *A morada da vida*, Beatriz Heredia

(1979), ao tratar, *en passant*, das crianças camponesas, em especial dos meninos, espécie de *corpo-funcional-miniatura*, argumenta que o cuidado que o gado requer é realizado por esses personagens de *sexualidade ambígua*, pois “essa tarefa deve ser realizada pelos elementos masculinos que, por não trabalharem, tem um caráter sexual mais ambíguo: os filhos homens pequenos.” (HEREDIA, 1979, p. 104).

A ambiguidade também é acentuada no trato das meninas em que, em termos de esquema de autoridade, aponta Heredia (1979, p. 120), as filhas são equiparadas aos *filhos homens pequenos*, visto que ambos são os membros mais dependentes da autoridade familiar.

A escolha da filha menor para negociar reafirma o caráter masculino do negócio, pois, embora a filha em questão possa teoricamente ser considerada como moça, pela sua idade atribui-se-lhe um caráter sexual mais ambíguo. Por outro lado, sua participação no negócio é temporária, pois deixará de fazê-lo antes de ser considerada moça, já que nesse momento seu irmão poderá encarregar-se dessa atividade.

Na década de oitenta, Afrânio Garcia Jr. (1983) ao tratar do trabalho familiar entre os pequenos produtores da zona da mata pernambucana, discorre acerca da complementaridade entre o *roçado* e o *roçadinho*, na constituição/instituição da *terra de trabalho*. No trato do *roçadinho*, em especial, isto é, a plantação efetuada sob o controle de cada membro da unidade doméstica que não o *pai*, o pesquisador argumenta que:

O roçadinho é também uma forma de socialização dos *filhos*. Através dele os filhos aprendem as técnicas e internalizam as normas do grupo sobre o *trabalho*. Em especial, o *roçadinho* proporciona uma forma de operarem os cálculos entre suas necessidades e o esforço que deverão despender para atendê-las. Capacita, assim o *filho* a administrar futuramente o *roçado* de seu grupo doméstico e, por extensão, prover sua casa. Esta função educativa do *roçadinho* se expressa nas formas de ajuda entre os membros da unidade doméstica, nas várias tarefas que compõem o ciclo de produção do *roçado*. (GARCIA JR, 1983, p. 195).

Para Garcia Jr, essa divisão de tarefas entre o *pai*, os *irmãos mais velhos* e o detentor do *roçadinho* depende do sexo e da idade do detentor, do número dos membros da unidade doméstica de mais idade, por sexo, e, sobretudo, da aprendizagem já realizada nas *tarefas menos pesadas*.

Os *pequenos* são aqueles que começam o aprendizado do *trabalho*, e os grandes são aqueles que já sabem *trabalhar* (por volta dos 13 anos) (...) há marcos cronológicos rígidos que delimitam as idades em que se começa a *botar roçadinho*. O que marca a passagem de *pequeno* a *grande* é o *saber*

trabalhar. (GARCIA JR, 1983, p. 196).

Portanto, para o pesquisador, essas atividades são diferenciadas porque marcam a passagem progressiva da criança da esfera da Casa, sob o domínio da *mãe*, para a esfera própria a seu sexo. Eis que surge, novamente, o mimetismo teórico sobre a invenção da infância, sobretudo no trato da passagem da ambiguidade ao permissível, como se ressaltando.

Nesta primeira etapa do ciclo de vida, as crianças realizam tarefas de *ajuda à mãe na casa*, o que é válido também para as crianças do sexo masculino. Quando chegam a participar das atividades do roçado do grupo doméstico, perfazem apenas as tarefas *maneiras*, prescritas para as mulheres. Ao passarem para as tarefas pesadas do roçado, próprias para os homens, começam também a *botarem roçadinho*, ou seja, começam a *trabalhar para o pai* (para o grupo doméstico) e a *trabalhar para si*. A inserção do filho no mundo do *trabalho* é também o momento de sua individualização, que prepara para a “maioridade efetiva” quando do casamento. (GARCIA JR, 1983, p. 203).

Por sua vez, nos anos 90, em *O trabalho da terra*, Klaas Woortmann e Ellen F. Woortmann (1997), ao tratar acriticamente da passagem da ambiguidade ao permissível, também *en passant*, em relação a-os corpos das crianças camponesas, no que concerne ao campesinato sergipano, inferem que o processo de trabalho camponês é consciente. O “pai-patrão” não é o equivalente de um empresário moderno, por ser o detentor do saber, mas

Ele é o detentor de um saber que o autoriza a *governar* o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família. Esse saber é transmitido à “força de trabalho”, aos filhos que, ao trabalhar, estão-se constituindo também em “conhecedores plenos.” Ademais, entre os sitiantes, governar é um processo ideológico: filhos, após certa idade, conhecem o processo de trabalho tanto quanto o pai, como o fazem também as mulheres ou os eventuais assalariados. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13).

Assim o menino, por exemplo, tem sua iniciação no saber-fazer camponês em sintonia direta com a iniciação sexual. Recobra-se, ainda, com base em Woortmann e Woortmann, que a iniciação sexual não está subordinada apenas ao coito com animais, como afirma Cândido.

Quando um jovem atinge 14 anos de idade, tem lugar sua iniciação sexual, freqüentemente por intermédio de uma prostituta indicada e paga pelo pai.(...) Esse momento marca também uma separação entre os sexos. O ‘menino’ passa definitivamente para o domínio masculino e deve ter relações de evitação com sua mãe e irmãs. Daí em diante, só exercerá atividades ‘de homem’. (...) é que só depois de sua iniciação sexual, passa o filho a ajudar o pai na derruba

e na queimada, isto é, no enfrentamento com a natureza perigosa, com o mato. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 140-141).

Nos anos 2000, vai-se perceber, mais uma vez, uma repetição do mesmo sobre o corpo da criança camponesa (mimetismo do século XVIII). A título ilustrativo, recobra-se a etnografia de Therezinha Fraxe (2000), *Homens anfíbios*, em que a socióloga discorre sobre a permissibilidade da criança no campesinato amazônico.

Para Fraxe, a família extensa mostra forte tendência a reprimir demonstrações de agressões e sexualidade, tentando instilar nas crianças o controle do impulso requerido para a coordenação grupal. “Tal socialização não só prepara a criança para tornar-se membro permanente de um grupo já existente, como também estabelece as bases para os casamentos.” (FRAXE, 2000, p. 77).

Nesse sentido, ao retratar a *infância* na várzea do rio Solimões-Amazonas, a pesquisadora institui:

A criança camponesa, da várzea do rio Solimões-Amazonas, insere-se no processo de trabalho ao redor dos 8 anos de idade. Em torno desta idade, ela deixa de pertencer somente à unidade de consumo e passa a ser incluída na unidade de produção. (FRAXE, 2000, p. 80).

Em tese, o imaginário instituído sobre as sociedades camponesas no Brasil nada mais é, em sua maioria, que um mimetismo teórico, acrítico, advindo do ideário chayanoviano, que, por sua vez, ao tratar, *en passant*, sobre a criança camponesa, apenas repete a *invenção da infância*, advinda dos moralistas e legistas do século XVIII, pontuando novamente o *trabalho = saber-fazer = salvação* como etapa à passagem da ambiguidade ao permissível.

Contudo, pautado nessa semântica niilista do dizível sobre o corpo da criança camponesa – onde só cabe o que o olho alcança – chega-se a indagar: que pode o corpo da criança? Como dizer o indizível das paixões infantis? Conquanto, e a título de seguir com as indagações e conceituações desse estudo, passa-se, na próxima subseção, a tratar da estética dos afectos mal-ditos,⁷ revisitando o contexto etnográfico de Goiabeiras,⁸ sertão cearense, para demonstrar as infinitas possibilidades do corpo da criança em socieda-

⁷ Os afectos mal-ditos se constituem, levando em consideração a multiplicidade do conceito, em quatro dimensões co-extensivas, a saber: 1) Trata-se das sexualidades que são mal-ditas pelo Texto Brasileiro sobre o Rural; 2) Trata-se das sexualidades que não se encaixam no Texto Brasileiro sobre os Gêneros e no Texto Brasileiro sobre Homossexualidade; 3) Trata-se das sexualidades ambíguas, movimentadas pelos rumores locais e ainda 4) Trata-se de afectos estrangeiros em sua própria língua, isto é, inventa-se uma gramática corpórea, variavelmente relacional-intensiva, em que o fazer-criar do TB não os pega mais: o indizível nas sociedades camponesas. (FERREIRA, 2008, p. 33).

⁸ Trata-se de nome fictício.

des camponesas, sobretudo escapando desse *sentimento de infância* dado, educado a todo custo, na tentativa de experimentar *esse* corpo fora das definições que abarcam o conceito de *infância*, distanciando-me, sobretudo, de uma educação que o vê como algo a ser moldado, longe dos liberais (utilitaristas), de Rousseau e, sobretudo, do Texto Brasileiro sobre o Rural.

3 O CONTEXTO ETNOGRÁFICO DE GOIABEIRAS (2000-2004)

Goiabeiras, no sertão cearense, é uma comunidade rural endogâmica - endogamia de lugar e parental. Movimentada pelos rumores, com aproximadamente 5050 habitantes. Este dado etnográfico advém desde a fundação histórica do lugar, em que as famílias portuguesas, que fundaram o arraial, pouco se diferenciaram, e as que se diferenciaram se juntaram com os negros fugidos dos quilombos, com os ciganos errantes que por ali passaram e, sobretudo, com os indígenas, “pegos no laço”, provenientes da etnia Kalabassa, aparentada pela língua e pela cultura aos Cariri ou Quiriri, primeiros habitantes do lugar.

Dada a relevância da endogamia de lugar, advinda do parentesco e da organização social rural, um rito característico, e indizível, que acontece no vilarejo, especificamente no meio da caatinga (vegetação nativa), é a iniciação sexual de muitas crianças com homens, ritual passado de geração após geração, entre *primos*⁹.

É válido ressaltar que não se trata de um ritual localizado, específico daquela cercania¹⁰, o que alguns poderiam conjecturar como identidade cultural, mas, ao contrário, é algo bem mais antigo e complexo, nos remetendo a um contexto mais amplo. Ora, advém desde a conquista pelos portugueses dessas terras ameríndias (cf. LONDOÑO, 1999). Neste sentido, um exemplo aproximado, à época da conquista, é dado por Mary del Priore (2005, p. 48):

É conhecido o caso de certo João de Carvalho, um rapaz que ensinava latim e linguagem para os filhos dos moradores de uma freguesia em São João del Rey, no século XVIII. Apaixonado por um de seus alunos, lhe mandava bilhetes nos quais dizia: ‘Luiz, meu amorzinho, minha vidinha! Vinde para o bananal que eu lá vou com a garrafinha de aguardente.

Mormente, a estética dos afectos¹¹, *imaginativa* para contrariar o *jovem caipira* sem imaginação para o sexo, como aponta Cândido, acresce às teorias sobre sociedades camponesas no Brasil, mais uma dimensão do

⁹ É válido ressaltar que a categoria *primo* não necessariamente está vinculada a consanguinidade, trata-se, sobretudo, dos desdobramentos da endogamia de lugar, parentesco por afinidade.

¹⁰ Neste sentido, constatei algo aproximado em minhas andanças pelos interiores dos estados do Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí.

¹¹ A *estética dos afectos* é contrária ao modelo do corpo camponês, organizado pelo Texto Brasileiro sobre o Rural. Ora, muitas outras coisas nos fazem um organismo, cabe-nos agora desestruturá-lo. Para Lins (2004, p. 74): desfazer o organismo para encontrar uma vitalidade que não depende dos órgãos. Desvencilhar-nos de seu

desejo, para além da já retratada sobre a iniciação das crianças com animais e prostitutas, como se viu em Cândido e Woortmann e Woortmann. *Pais de família, Rapazes-velhos* e crianças inauguram, por sua vez, uma gramática afetiva, uma *pedagógica rizomática* (cf. LINS, 2004), no meio do roçado. Meninos que quando se casam, em moldes oficiais, continuam, muitas vezes, a experimentar *paixões de infância*.

Destarte, apresento, por ora, duas vias, a saber: 1) os já “homens plenos” continuam a experimentar afectos mal-ditos, engendrados, sobretudo, por seu devir-criança¹² e/ou 2) arma-se um certo “silêncio”, um certo “esquecimento” sobre aquelas relações afetivas, para com os “amigos de brinquedo”.

Neste contexto, vejam-se alguns fragmentos, datados de 2001, em Goiabeiras:

FRAGMENTO I

A gente se casa, nós temos nossas mulheres, a elas damos o respeito, pois são as mães das nossas crias. Agora, você sabe como é a natureza do homem? A gente gosta de pular a cerca também! Aqui, em Goiabeiras, pegamos, vez por outra, uma jumentinha nova... ontem eu estava andando na minha carroça e... ah, quando vi aquela jumentinha nova... eita... lembrei dos velhos tempos... ah... você sabe... Mas também tem os ‘veados’ daqui. Tem muito ‘cabramacho’ que diz que eles são melhores, porque não dão coice e porque faz coisa que mulher não faz. Eu gosto deles também. Tenho minha mulher, mas sou homem! Por isso ensino para o meu filho [o filho de Josué tem nove anos], logo chegará a vez dele de ‘comer’ o que der e vier! (Josué¹³, 65 anos, pai de família, 2001).

FRAGMENTO II

Aqui é assim... tem ‘macho’ que quando se casa finge que nada aconteceu! Mas você sabe como é... Quando estamos nas festas e eles estão por perto, fica ‘aquele clima...’ A gente nem precisa falar! Teve um aqui que só foi uma

organismo, de seu rosto. Trata-se de desfazer a consciência, o EU majoritário, desmontar para libertar: libertar as multiplicidades das matilhas que estão em nós, personagens, tribos, povoações que são os verdadeiros guardiões de nosso corpo.

¹² Sobre o conceito de *devir*, remeto-me a Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998, p. 10): devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. A questão “o que você está se tornando?” é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos.

¹³ Os nomes são fictícios.

vez e nunca mais... na época, ele estava com onze anos quando me disse que tinha virado ‘macho’, pois já apresentava pêlos no saco, agora ele vive sem graça quando chego perto dele...dizem por aí que ele está tendo um caso com Juca, filho de Maria de José de Pedro, dizem... (André, 23 anos, afecto mal-dito, 2001).

FRAGMENTO III

Aqui sempre foi assim... lembro-me de Sophia das Panelas e seus amantes, o remelexo daquele ‘cabra’ [homem], preto igual um anum [espécie de pássaro preto]... lembro-me dos encontros nas moitas, dos meninotes que quebrei o cabresto [rompimento da pele da glândula do pênis], eita tempo bom! Agora, no momento, amo Alexandre, que mora na sede do município. Ele é pai de família, honesto. Ele, não levo para as moitas não, é aqui em casa mesmo, dentro da minha rede. Você deve saber como é paixão... (Mariano, 69 anos, rapaz-velho, afecto mal-dito, 2001) .

No Fragmento I pode-se perceber que a iniciação sexual com animais persiste, apesar do casamento em moldes oficializados, contrariando o que argumenta Cândido sobre uma “masturbação compensatória” dos *juvencos caipiras*, logo sanada com os primeiros contatos, “sem dificuldades”, com as mulheres; ou ainda em Woortmann e Woortmann quando afirmam tratar apenas de uma etapa transitória ao casamento conforme as regras. Em Goia-beiras, e quiçá em outros povoados camponeses, o coito com animais e com o mesmo sexo persiste, apesar dos arranjos matrimoniais da Casa. No Fragmento II, o casamento conforme não necessariamente faz esquecer as iniciações sexuais entre primos, quando *do tempo da infância*, que parece perdurar no decorrer das ditas “classes de idade”. O indizível nas sociedades camponesas aparece em um olhar, em um toque e/ou abraço, muitas vezes se intensificando ou não após o casamento, de ambos os primos, com suas respectivas mulheres. Por fim, no Fragmento III, os ensinamentos do *rapaz-velho* Mariano, *quebrando os cabrestos* de muitos meninotes, leva a evocar mais uma vez as dimensões do desejo, pouco retratada no Texto Brasileiro sobre o Rural, sobretudo no que concerne aos experimentos com crianças.

Todavia, uma outra característica, e que fissura a passagem da ambiguidade ao permissível, é o desdobramento, após a iniciação sexual, das crianças com homens, no que concerne as amizades continuadas. Como se tratam de relações interditas no plano oficial, prescritas, alguns casos, por conta dos rompantes das paixões, parecem aparentemente contradizer classificações ideais, sobre os jogos matrimoniais para a manutenção da Casa, via Texto Brasileiro.

Um exemplo deles é o caso entre Joaquim, *rapaz-velho*, cinquenta e

sete anos, e Miguilim, doze anos, datado de 2000. Joaquim, conhecido por rumores como afecto mal-dito, convida Miguilim para morar com ele. Miguilim, por sua vez, faz parte de uma família pouco abastada de Goiabeiras, logo a família de Miguilim “aceita” o convite, e ele passa a coabitar com Joaquim, que morava sozinho em uma pequena casa. Diferentemente, o irmão de Miguilim, Expedito, em 2004, já com seus quatorze anos, é iniciado por um homem divorciado do povoado, José, sessenta e dois anos. Logo a família dos irmãos Miguilim e Expedito veta a “união”, punindo Expedito com castigo, levando-o para um sítio próximo, longe do mal-dito. Porém, em prosa com uma *mãe de família*, em 2004, que faz parte da Casa-tronco de Miguilim e Expedito, veja-se suas observações sobre o ocorrido:

Ora, Miguilim foi morar com Joaquim. Todo mundo sabe que Joaquim é ‘veado’... Agora, a família joga com a desculpa de que Joaquim ‘recebe espírito’, é homem de bem, trabalhador, então meus parentes ‘fecham os olhos’ para os falatórios do povo daqui. Porém, o que acontece com Expedito é diferente. José foi, tempos passados, acusado indiretamente pela nossa família de ter matado um dos nossos primos e também porque, segundo os boatos que correm por aí, ele é mal falado, vive pegando os ‘veados’ daqui! Por isso, com Miguilim ‘pode’, com Expedito não. (Maria das Graças, mãe de família, 2004).

Dado o fragmento acima, o problema de muitos teóricos do campesinato brasileiro é que definem o “desviante” (cf. BECKER, 1985), ou para citar Ellen Woortmann (1995), a “ovelha negra”¹⁴, como ameaça a quebra de um conjunto de regras pré-estabelecidas, sem levar em consideração que o “desvio”, entre outras coisas, é uma consequência das reações dos outros ao ato de uma pessoa. Portanto, o argumento de pressupor que se trata de uma *categoria homogênea*, como quando se refere à expulsão funcional dos homossexuais, levando-os aos mosteiros ou seminários cristãos, para se manterem assim os jogos oficializados da Casa, conforme o Texto Brasileiro sobre o Rural, parece, sub-repticiamente, frágil. Nesse contexto, para Howard Becker (1985, p. 33):

Na medida em que a categoria falta homogeneidade, não abarcando todos os casos que podem ser revelados, não podemos, razoavelmente, se atentar a descobrir, na personalidade ou nas condições de existência dos indivíduos, os fatores comuns susceptíveis de explicar o desviante que, por nós, o imputamos.

Logo, para Becker, o *desviante* é um produto de uma transação efe-

¹⁴ Se o filho “ovelha negra” entrar para o seminário e se tornar padre, a família estará livre da formação de outra “ovelha negra”, pois o padre não irá se reproduzir biologicamente. Portanto, não irá transmitir seu *Keim* [sangue de família], ao mesmo tempo que trará para a família um componente de respeitabilidade, inerente à própria condição de clérico. (WOORTMANN, 1995, p. 148).

tuada entre um grupo social e o indivíduo que, aos olhos do grupo, transgrediu uma norma (no caso da família de Miguilim e Expedito, Expedito é o *dissonante*). Mas, a situação muda depois que se trata de aplicação das normas morais e dos ideais de vida real. Portanto, para o autor, o caráter *desviant*e ou não de um ato depende da maneira como os outros reagem.

Você pode cometer um incesto clânico e não sofrer nenhum falatório, enquanto ninguém não levantar uma acusação pública; mas se essa acusação for levantada, você será conduzido à morte. A questão está, portanto, em considerar as respostas dos outros como problemáticas.” (BECKER, 1985, p. 35).

No caso retratado da família de Miguilim e Expedito, a relação entre Joaquim e Miguilim passa pelo profano-sacralizado, em que Joaquim, espécie de pai-de-santo, e com trabalho fixo, torna-se, na medida do valorar, um permissível agregado, às avessas, a Casa-tronco dos meninos. A distinção para com José, divorciado, afecto mal-dito, que fez vazar o sangue de família em um suposto homicídio, faz dele um *dissonante* em nome da honra de uma *família de bem*.

Portanto, o ritual de iniciação sexual experimentado no vilarejo rural de Goiabeiras entre homens com crianças cabe, pois, inaugurar um conceito em que o corpo da criança, em sociedades camponesas, seja desvinculado da passagem ambiguidade/permissível, irredutível à visão de um adulto em miniatura e/ou de um corpo *tabula rasa*, passivo ao saber-fazer acadêmico, prescrito camponês. Experimenta-se, pois, na próxima e última subseção, uma criança camponesa que compartilhe da compreensão dos mistérios do nascimento, da paixão, da vida, da morte, sem dramas, sem histeria, sem dívida, mas com fantasia criativa acoplada à reflexão e não à indução. Uma *descoberta* contínua, no e pelo corpo dos imberbes, de um devir-adulto, de um devir-camponês, desalojado da culpa de uma *invenção da infância* datada e repetida, acriticamente, no Texto Brasileiro sobre o Rural.

4 DEVIR-ADULTO, DEVIR-CAMPONÊS

Mas como pensar a *criança* em sociedades camponesas fora das definições sobre a *criança*? Como escapar desse mimetismo teórico sobre uma criança culpada, datada, pedagogizada no saber-fazer acadêmico, prescrito camponês? Como engendrar um devir-criança na antropologia rural?

Para Friedrich Nietzsche (1994) a criança deve ser compreendida fora das definições que abarcam o conceito de *infância*, distanciada de uma educação que a vê como algo a ser moldado, longe dos liberais (utilitaristas) e de Rousseau – e no meu caso específico do Texto Brasileiro sobre o Rural. Nada a ver com “servir”, nada a ver com “culpa”, a criança, em sociedades rurais, é *boa para experimentar* a busca de liberdade, uma liberdade por

certo distanciada de uma emancipação humana, afirmadora de uma convivência guerreira perante o mundo, etologia na e da criança camponesa, pois “a criança fala pelo corpo e pela alma: a inocência é criança e esquecimento; um novo começo, um jogo, uma roda que gira por si mesma, um movimento inicial, um sagrado dizer *sim*.” (NIETZSCHE, 1994, p. 44).²

Pensar a criança em sociedades camponesas como formas ininterruptas do ato de guerrear e de desestabilizar as idealizações. Uma criança criadora, nem superior nem plebe, muito menos algo comum e tampouco síntese. Ela localiza-se na zona entre os efeitos de natureza e os conceitos, pois seu viver desaloja o conceito do conforme normativo do Texto Brasileiro, pois, para Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998, p. 42), as crianças são rápidas porque sabem deslizar entre.

Ora, a criança nunca é, ela age e não reage, torna a cada instante do acontecimento, por onde perpassa o desejo e o prazer dos mais primitivos. A criança, pois, não como reagente, mas como força positiva nietzschiana, um *ser pensante sem pensamento, Corpo sem Órgãos*, em que esse brincar filosófico e antropológico agencia seus *blocos de infância*: devir-adulto, devir-animal, devir-homossexual, devir-camponês. Não mais uma criança educada no saber-fazer acadêmico sobre o rural, pedagogizada teoricamente, aja vista que a ambiguidade como vimos é perigosa à manutenção das estratégias matrimoniais da Casa, via Texto Brasileiro, mas uma criança inventiva por ela mesma. Perpassada, em seu corpo, por sensações das mais variadas: com seus cheiros, seus cantinhos, seus fluxos, prazeres em ritornelos. A criança, fazedora de arte que inventa, à revelia, interstícios no Texto, quebrando sua assimetria, pois, para Fernando Pessoa (2006, p.140-141) as crianças são muito literárias porque dizem como sentem e não como deve sentir quem sente segundo outra pessoa.

Ora, a criança cartografa, superpõe mapas que não remetem a uma origem, mas a uma avaliação dos deslocamentos. Para Passeti (1993, p. 150), a criança deixa fazer dançar, perde os sentidos pelos sucessivos giros, tonteia, busca eixo, refaz uma suposta normatização estática dada pelo conceito, portanto experimenta.

Pensar, sobremaneira, uma criança em sociedades camponesas é quebrar, burlar, fazer arte como as crianças, engendrar um devir-criança na escrita antropológica¹⁵. Neste sentido, aproximo-me do conceito de *transicional* em René Schérer (2002), isto é, um deslocamento sobre o plano da experiência primitiva, um agenciamento novo na ordem do desejo.

A transição, ou o transacional, geralmente, é tudo que se opõe a uma

¹⁵ Em relação à invenção de um *devir-criança*, Félix Guattari e Suely Rolnik (2005, p. 139) acrescentam: a atitude da criança que ganha do pai um piano de brinquedo para que tome amor pela música desde cedo; ao invés de bater nas teclas, como manda o *design* do instrumento, esta criança enfia a mão por baixo e começa a dedilhar diretamente as cordas, ou bate no brinquedo para que as cordas vibrem e produzam um ruído agradável. Ou seja, a criança inventa uma maneira inteiramente nova de se relacionar com o instrumento.

compartimentação estrita, que cria relações novas, que não corresponde mais a um dualismo, a uma lógica binária delirante: ou bem de dentro (a família) ou bem de fora (o perigo da rua, “a instituição”). E, extrapolando a noção, não podemos conceber, se o transacional tem uma afinidade eletiva com a criança, se é que este último é, ele mesmo, ser de transição. (SCHÉRER, 2002, p. 70).

Nada a ver com as *etapas transitórias* inculcadas pelo *ato de objetivação do sujeito objetivante*, à formação/salvação da criança camponesa via *ajuda/trabalho/salvação*, a meio-tempo, em que as sexualidades das crianças são evacuadas por uma sobreposição de um *capital cultural e linguístico* para a sustentação do ideário chayanoviano de *unidade familiar*, conforme o Texto Brasileiro sobre o Rural, porém uma criança-corpo-transacional que extravasa em mil platôs a ordem do estabelecido/instituído. Um corpo-criança-transacional que enxerta o desejo desejando o desejo, etologia, devir-animal.

Destarte, uma criança como afirmação de um *presente de infância* (cf. LINS, 2004), isto é, devir e não simplesmente uma preparação para a vida adulta, para um futuro longínquo: “a criança como o futuro guardião da Casa”, mas um *presente de infância* em ritornelo, explosão no e pelo prazer, e não uma criança camponesa legitimada e atrelada à tentação permanente que atravessa a história do campesinato e assimila, com obstinação, *parentesco* e *causalidade*, sob o signo de um Texto, espécie de *ciência régia*, que se erige em supostos modelos estáveis, pois, e sobretudo, *fabricar uma criança camponesa mimética e datada equivale a ofuscar a própria criança*.

E ainda com Lins (2004, p. 1236):

Um outro em devir, um devir outro que resiste inclusive à recente fundação da infância (...) Cabe, pois, resistir à representação humanista da infância, objeto de fascinação programado, enclausurado num futuro longínquo separado do devir, em que a criança (...) perde a transversalidade do presente metamorfoseando-se num invólucro, uma criança como jogo regressivo dos adultos, uma caricatura da infância, que é, por definição, dissidente.

Ora, a passagem da ambiguidade ao permissível sobre o corpo da criança camponesa tem levado muitos teóricos brasileiros a pouco se atentar para tamanha problemática, sobremaneira no trato das naturalizações sobre as sexualidades das crianças (mimetismo teórico), tendo como pano de fundo um multiculturalismo e/ou um construtivismo niilistas assimétricos (ver COHN, 2005), isto é, ancorados na perpetuação de uma identidade e de uma representação social à modulação desse bem material: *o patrimônio criança camponesa*, espécie de simulacro ambíguo, logo sexualizado *comme il faut*.

Esse pensamento que só pensa o que pode ser pensado, o Texto

Brasileiro sobre o Rural, tem demonstrado como os afectos pueris tornam-se, com seus pesos e medidas, afectos tristes, desafectos, sufocando um corpo que experimenta o impensável, que abre-se em devires imperceptíveis.

Ora, a criança camponesa não imita nada, não se constrói em etapas alicerçadas no *trabalho/ajuda/salvação*, mas agencia um devir-adulto, um devir-camponês, quando premedida pelo desejo. Goiabeiras me tem demonstrado como as sexualidades das crianças enxertam na antropologia rural sua criatividade, sua crueldade, sua simetria, um sopro de possível. Meninos-homens, homens-meninos que engendram uma erótica do devir, ética e estética dos afectos mal-ditos.

Portanto, a criança camponesa doravante escapará desse imaginário negativo, advindo da sociedade industrial e do Texto Brasileiro sobre o Rural, essa espécie de fábula sexual, que parecem ter medo das crianças, do sagrado dizer *sim* dos imberbes, dos desejos inconfessáveis que emanam dos corpos infantis. A passagem da ambiguidade ao permissível, por ora, se perde pelo desejo desejando o desejo de meninos com homens, com mulheres, com animais, com plantas, com meninos e meninas que pensam com o corpo, que esquecem ativamente do mito adâmico, que brincam, fazem arte, com a ideologia camponesa, pois, parafraseando Guimarães Rosa, *se não esconder bem pombinha de menino, pombinha voa às aluadas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Phillipe. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BECKER, Howard. *Outsiders: études de sociologie de la déviance*. Paris: Métalié, 1985.
- BOSWELL, John. *Au bon coeur des inconnus: les enfants abandonnés de l'antiquité à la renaissance*. Paris: allimard, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*, Paris: Minuit, 1980.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1964.
- CHAYANOV, Alexander. *The theory of peasant economy*. Illinois: American Economic Association, 1966.
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DEL PRIORE, Mary. *História do amor no brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières: Buffon, Rousseau, Helvétius, Diderot*. Paris: Flammarion, 1978.
- FERREIRA, Paulo Rogers. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesa*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

- FRAXE, Therezinha. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume, 2000.
- GALESKI, Boguslaw. *Basic concepts of rural sociology*. Manchester: Manchester University Press, 1972.
- GARCIA, Afrânio. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HEREDIA, A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEGENDRE, P. *Jouir du pouvoir: traite de la bureaucratie patriote*. Paris: Minuit, 1976.
- LINS, Daniel. *Anotações Pessoais- Curso na Universidade de Fortaleza - UNIFOR sobre Parentalidade*. Fortaleza: Unifor, 1997.
- _____. *Mangue's school ou por uma pedagogia rizomática*. In: KOHAN, Walter (Org.) Rio de Janeiro: Autêntica, 2004.
- LONDOÑO, Fernando. *A origem do conceito menor*. In: DEL PRIORI, M. (Org.) História social da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORI, M. (Org.) *História social da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginária, 2003.
- PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHÉRER, René. *Enfantines*. Paris: Anthropos, 2002.
- TEPICHT, Jerzi. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.
- WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. Brasília: EDUnB, 1995.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EDUnB, 1997.